



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

IORANA RAIANE COSTA BATISTA

**TENSÕES E RESISTÊNCIAS: ANÁLISE DA ABORDAGEM DE CORPO, GÊNERO
E SEXUALIDADE NAS AULAS DE CIÊNCIAS**

**CAMPINA GRANDE-PB
MARÇO/2022**

IORANA RAIANE COSTA BATISTA

**TENSÕES E RESISTÊNCIAS: ANÁLISE DA ABORDAGEM DE CORPO, GÊNERO
E SEXUALIDADE NAS AULAS DE CIÊNCIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) apresentado à coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/Campus I), como requisito parcial à obtenção do título de Graduada em Licenciatura em Ciências Biológicas.

Área de concentração: Ciências Biológicas

Orientadora: Profa. Dra. Valdecy Margarida da Silva

**CAMPINA GRANDE-PB
MARÇO/2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B333t Batista, Iorana Raiane Costa.

Tensões e resistências: [manuscrito] : análise da abordagem de corpo, gênero e sexualidade nas aulas de Ciências / Iorana Raiane Costa Batista. - 2022.

42 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde , 2022.

"Orientação : Profa. Dra. Valdecy Margarida da Silva , Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."

1. Ensino de Ciências. 2. Educação sexual. 3. Gênero sexual. 4. Formação educacional. I. Título

21. ed. CDD 372.372

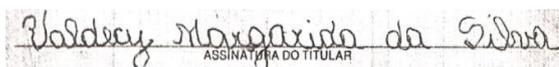
TENSÕES E RESISTÊNCIAS: ANÁLISE DA ABORDAGEM DE CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE NAS AULAS DE CIÊNCIAS

Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) apresentado à coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/Campus I), como requisito parcial à obtenção do título de Graduada em Biologia.

Área de concentração: Ciências Biológicas

Aprovada em: 29/03/2022.

BANCA EXAMINADORA



ASSINATURA DO TITULAR

Profa. **Dra. Valdecy Margarida da Silva** (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. **Dra. Paula Almeida de Castro** – (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. **Dra. Maria do Socorro Moura Montenegro** (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por conceder sabedoria às minhas escolhas e me presentear a todo instante com a sua bondade.

À minha mãe, Anacleide, e minha tia, Consolação, por serem, sobretudo, fontes de força, fé, dedicação e amor. Obrigada por acreditarem em mim quando nem eu mesma acreditei.

À minha avó Joana (*in memoriam*). Você é vida em minha história, pois sua firme, amorosa e fraterna presença será eterna entre nós.

Ao meu tio Alexandre Neto, por ser uma presença paterna que a vida me presenteou, exemplo de determinação, bondade e caráter. Obrigada por me acolher e sonhar comigo, nada disso seria possível sem o seu incentivo.

À minha orientadora, Profa. Dra. Val Margarida, pela confiança, dedicação, competência e, sobretudo, por me acolher e ser um verdadeiro farol iluminando a minha navegação durante o desenvolvimento e a conclusão deste estudo. Muito obrigada.

À minha prima Alessandra, por ser constante fonte de inspiração em minha vida. Você foi um dos pilares que me sustentaram nessa caminhada.

À Lívia, Raiza e Nathalia, das pessoas mais bem quistas no meu peito e no meu caminho. Obrigada por cada abraço falso e chute sincero.

Por fim, mas não menos importante, aos/as que fizeram esse trajeto de 5 anos mais leve e colorido: Thales, Jéssica, Mikaela, Bruna, Myllena, Eduarda, Elisa, Lara, Maysa, Gabi e João Pedro. Por dividirem comigo angústias, desesperos e alegrias. Que sorte a minha, que mesmo em meio a todo o caos fomos/somos, de alguma forma, ponte.

RESUMO

As relações de gênero e diversidades sexuais há muito tempo foram temas silenciados nas instituições educacionais. No entanto, ainda assim, mesmo que imperceptivelmente, sempre fizeram parte das práticas e dos discursos no contexto escolar. A legislação, inclusive, indica a Educação Sexual como tema a ser discutido em sala de aula, mas sem um direcionamento exato de como fazê-lo. Devido a urgência emergida acerca dessa temática, nos propusemos analisar os atravessamentos entre a abordagem de gênero, corpo e sexualidade e o ensino de Ciências, identificando quais tipos de discursos são propagados pelos/as professores/as. Nesse sentido, nos amparamos nos estudos culturais pós-estruturalistas. Desenvolvemos um estudo exploratório, de natureza qualitativa, com sete professores/as de Ciências da rede pública e privada da cidade de Campina Grande - PB, do período de janeiro a fevereiro de 2022, por meio de um questionário com questões objetivas e algumas delas com abertura para justificativas, abordando os seguintes temas: as concepções dos professores de Ciências sobre identidade de gênero e orientação sexual; as responsabilidades destes quanto à Educação Sexual; os tensionamentos nos discursos da educação para sexualidade em sala de aula e, por fim, sobre a preparação dos docentes e as discussões sobre a temática nas instituições em que atuam. Os dados foram organizados e interpretados à luz da literatura. A pesquisa está fundamentada em estudos desenvolvidos por Bortolini (2014), Butler (2010), Foucault (1987), Louro (2018) dentre outros. Identificamos que se repercute uma abordagem biologicista nas salas de aula referentes as temáticas de sexualidade e gênero, tendo como principais desafios questões de preconceito, de cunho polêmico ou constrangedor. Concluímos que não só o exercício docente, mas também os cursos de licenciatura em Ciências Biológicas, necessitam considerar as dimensões históricas, sociais e culturais da sexualidade e relações de gênero, renovando-se e transformando-se para considerar os diversos aspectos e formas de ser e estar no mundo.

Palavras-chave: Ensino de Ciências. Educação sexual. Gênero sexual. Formação educacional.

ABSTRACT

Gender relations and sexual diversities have long been silenced topics in educational institutions. However, even if imperceptibly, they have always been part of practices and discourses in the school context. The legislation even indicates Sex Education as a topic to be discussed in the classroom, but without an exact direction on how to do it. Due to the urgency that emerged about this theme, we proposed to analyze the crossings between the approach of gender, body and sexuality and the teaching of Science, identifying which types of discourses are propagated by the teachers. In this sense, we rely on poststructuralist cultural studies. We developed an exploratory study, of a qualitative nature, with seven Science teachers from the public and private network of the city of Campina Grande - PB, from January to February 2022, through a questionnaire with objective questions and some of them with opening for justifications, approaching the following themes: conceptions about gender identity and sexual orientation; the responsibilities of Science teachers regarding Sex Education; the tensions in the discourses on sexuality education in the classroom and, finally, on the preparation of teachers and the discussions on the subject in the institutions where they work. Data were organized and interpreted in light of the literature. The research is based on studies developed by Bortolini (2014), Butler (2010), Foucault (1987), Louro (2018) among others. We identified that a biological approach has repercussions in classrooms regarding the themes of sexuality and gender, having as main challenges issues of prejudice, of a controversial or embarrassing nature. We conclude that not only the teaching practice, but also the degree courses in Biological Sciences, need to consider the historical, social and cultural dimensions of sexuality and gender relations, renewing and transforming itself to consider the different aspects and ways of being in the world.

Keywords: Science education. Sex education. Sex gender. Educational formation.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 9 |
| 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... | 13 |
| 2.1 Bases teóricas sobre relações de gênero e sexualidade | 13 |
| 2.2 Breve histórico sobre a Educação Sexual e seus desdobramentos | 16 |
| 2.3 O corpo que cabe nas aulas de Ciências..... | 19 |
| 3 METODOLOGIA | 24 |
| 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES..... | 26 |
| 4.1 O olhar dos docentes sobre as discussões de gênero e sexualidade nas aulas de Ciências | 26 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 38 |
| REFERÊNCIAS | 40 |
| ANEXO A – QUESTIONÁRIO..... | 44 |

1 INTRODUÇÃO

Na escola, as inscrições de sexualidade e gênero cada vez mais, atravessam seus muros e conteúdos programáticos. A pluralidade de mentes, a curiosidade e o despertar sexual dos sujeitos incluídos neste espaço propiciam os mais diversos debates acerca dos corpos territorializados e os corpos marginalizados pelas reações normativas (como a bi/lesbo/homo/transfobia) da cultura hegemônica. Enquanto instituição social que forma sujeitos, e ambiente para discutir o conhecimento, a escola deve também produzir o diálogo e a reflexão acerca da diversidade de sexos, orientações sexuais e identidades de gênero que compõem a sociedade. Todavia, a escola opera-se distante de uma abordagem que reconheça sexualidades e gêneros outros, normalmente articulando técnicas pedagógicas programadas para vigiar, controlar e disciplinar os corpos. Aqueles considerados dissidentes, apesar de serem corpos constituídos das mesmas matérias, que se transformam e passam por transformações socioculturais, psicológicas, emocionais, intelectuais, como qualquer outro corpo, são tolerados até certo ponto pelas instituições de ensino.

Conforme afirma Guacira Louro (2018), assim como em outras instâncias sociais, a escola opera várias tecnologias do governo, exercitando uma pedagogia da sexualidade e do gênero. Essas ações prosseguem e se completam através de tecnologias de autodisciplinamento e autogoverno que os sujeitos exercem sobre si próprios, para determinar suas formas de ser e viver sua sexualidade e seu gênero. Nessa perspectiva, os mecanismos disciplinares, as conduções de atuações e o currículo escolar, tem a finalidade de docilizar e subordinar a diversidade dos corpos, produzindo um modelo de aluno ideal e adequado às "normativas" vigentes em um determinado projeto social, político e econômico.

A recorrente abordagem biológica da sexualidade sustenta o silenciamento relativo ao gênero e, como decorrência, naturaliza as diferenças culturais atribuídas aos homens e as mulheres como: posições sociais, papéis sexuais... O silenciamento propagado pelo fundamento da sexualidade biologicamente determinada - determinismo -, onde as genitálias naturalmente definirão os gêneros masculino e feminino, incita o discurso de que os corpos que fogem desta regra tornam-se os "anormais" e, portanto, são cabíveis de intervenções para sua correção, inclusive ações violentas. Nessa perspectiva, Louro (1998, p. 34.) expressa que: "Na afirmação das identidades sexuais e de gênero, importam sim, as características biológicas mas,

mais do que isso, importa o que se sente e diz sobre essas 'marcas naturais'. Compreender que o que se entende por masculino e feminino, e as inúmeras possibilidades de ser sujeito, é uma construção histórico-social de atos performativos subverte a lógica sacionormativa.

Portanto, os gêneros e as sexualidades, inscritas nos corpos a partir da historicidade de construções e disputas que ocupam na sociedade, não possuem uma essência natural, mas se formam a partir das práticas de poder exercidas pelos sujeitos.

Embora essas inscrições estejam presentes desde muito cedo na vida dos sujeitos, as discussões que as abrangem ainda tentam ganhar espaço nas instituições sociais, sobretudo a escola. Conforme afirma Braga (2010), a escola tem a função social de transmitir o conhecimento organizado formalmente, cientificamente e historicamente e que ainda apresenta dificuldades de trabalhar a temática da sexualidade, em todos os seus aspectos, tendo em vista as distorções, equívocos e resistências referentes ao assunto.

Diante dessas considerações, esse estudo será norteado pela seguinte problemática: De que modo os corpos, as sexualidades e os gêneros são abordados e delineados pelos professores e professoras nas suas aulas de Ciências? Para tanto, temos como objetivo geral investigar a presença de abordagens/discussões sobre diferentes identidades de gêneros e orientações sexuais nas aulas de Ciências do Ensino Fundamental II e como professoras/es constroem essas discussões. Como objetivos específicos pretendemos identificar se os temas gênero e sexualidade são abordados nas aulas de Ciências; verificar os posicionamentos e concepções de professoras/es de Ciências quanto às questões de gênero e sexualidades; investigar como as/os professoras/es se sentem ao abordar os temas identidade de gênero e orientação sexual na realização do trabalho docente; e, analisar se as narrativas das/os professoras/es repercutem concepções heteronormativas e biologicamente determinadas.

Hipoteticamente, consideramos que a abordagem da sexualidade nas aulas de Ciências é feita sob ótica médica, higienista e anatômica, com enfoque no discurso de reprodução e genitalidade. A deficiência na formação de professores/as para o embasamento quanto a amplitude das particularidades referentes a Educação Sexual, bem como as múltiplas instituições sociais - igreja, família e a própria escola - inviabilizam e dificultam a abordagem das concepções socioculturais na construção

de identidades sexuais e de gêneros, dessa forma, o discurso biológico é o único propagado no âmbito escolar.

Justificamos este estudo em um primeiro ponto, tendo em vista a necessidade de tratar sobre Educação Sexual nas escolas, parece salutar a tentativa de questionar em que perspectiva esse tema é concebido por professores/as. Apesar de se tratar de uma questão de direitos humanos e saúde pública, a promoção da temática nas escolas ainda é vista como tabu e, por esse motivo, são propagados discursos hegemônicos normatizados socialmente e, sobretudo, explicações pautadas no determinismo biológico.

Como segundo ponto, é fato que a disciplina de Ciências é privilegiada, embora não seja exclusiva, ao se ter como competência conteúdos relacionados à Educação Sexual, fisiologia e reprodução humana. Ademais, a efervescência de informações e os conflitos sexuais e identitários de alunas e alunos no ensino fundamental e ensino médio torna particularmente difícil delimitar a fronteira que separa o discurso moral e normativo dos conceitos científicos. A partir da elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que traz em um de seus temas transversais a temática de Orientação Sexual, a educação tem sido forçada a debater tais temas. Entretanto, quando feito, dá-se maior atenção aos conteúdos de viés biológico – doenças sexualmente transmissíveis, prevenção em relações sexuais e gravidez indesejada – e exclui-se do currículo questões ligada a diversidade sexual e de gênero, identidade, sentimentos, sexualidade e enfrentamento a violência e desigualdade de gênero.

Um último ponto refere-se à formação na licenciatura em Ciências Biológicas, que apesar de pleitear a oposição entre o fenômeno biológico e a construção sociocultural, em grande medida, é direcionada para a perspectiva de naturalização e essencialização. Em síntese, a ausência de uma formação consciente e capacitada torna ainda mais difícil trabalhar com temas que envolvem a Educação Sexual em sala de aula, uma vez que esse espaço se constitui de universos, vivências e concepções divergentes.

Nesta perspectiva, o presente artigo está dividido em quatro tópicos. No primeiro introduzimos o estudo. Tratamos das razões da pesquisa e dos objetivos. No segundo, trazemos informações sobre os pressupostos teóricos do referido tema que ampara as análises desse estudo. No terceiro tópico, evidenciamos o objeto de investigação bem como os sujeitos, o percurso metodológico utilizado para a coleta de dados do material e o modo como esse material foi analisado. No quarto tópico,

apresentamos o resultado da nossa pesquisa, analisando e discutindo os dados coletados à luz da literatura. Nas considerações finais, apontamos como esta investigação suscitou na compreensão dos olhares docentes sobre a educação e suas intersecções com a sexualidade e as relações de gênero, abrindo espaço para a realização de novas pesquisas referentes a esta temática.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Bases teóricas sobre relações de gênero e sexualidade

O termo Gênero, do inglês *Gender*, acentuado nesse estudo, surgiu a partir do movimento feminista contemporâneo emergido no Ocidente, no final dos séculos XVIII e XIX. Pautado, inicialmente, na conquista do direito ao voto e posteriormente igualdade de salários, acesso as universidades e a determinadas profissões, a chamada primeira onda do feminismo tinha interesses estritamente ligados às mulheres brancas e de classe média de países desenvolvidos (LOURO, 2014).

Somente no final da década de 1960, quando ressurgiram os ideais feministas, influenciado pelas inúmeras revoluções que ocorriam mundialmente, como os movimentos estudantis e de resistências contra as Ditaduras Militares, que a então segunda onda feminista, pautou sua luta na discriminação de gênero, reivindicando os arranjos tradicionais sociais e políticos que sustentavam o silenciamento e a discriminação de mulheres.

É, portanto nesse contexto de efervescência social e política, de contestação e de transformação, que o movimento feminista contemporâneo ressurgiu, expressando-se não apenas através de grupos de conscientização, marchas e protestos públicos, mas também através de livros, jornais e revistas. Algumas obras hoje clássicas — como, por exemplo, *Le deuxième sexe*, de Simone de Beauvoir (1949), *The feminine mystique*, de Betty Friedan (1963), *Sexual politics*, de Kate Millett (1969) — marcaram esse novo momento. Militantes feministas participantes do mundo acadêmico vão trazer para o interior das universidades e escolas questões que as mobilizavam, impregnando e "contaminando" o seu fazer intelectual — como estudiosas, docentes, pesquisadoras — com a paixão política. Surgem os estudos da mulher (LOURO, 2014, p.20).

Nesse contexto, feministas da segunda onda entendendo que os mais diversos aspectos de suas vidas pessoais eram profundamente politizados e reflexo de uma estrutura de poder sexista, buscaram o reconhecimento de equivalência entre os sexos, com igualdade de direitos e respeito às diferenças. A segunda onda do feminismo estendeu o debate para uma série de questões, tais foram a sexualidade, a família e o mercado de trabalho.

[...] De um modo geral, podemos afirmar que o movimento feminista, sobretudo a partir da metade do século XIX, foi o portador das vozes dissonantes da matriz hegemônica que recobriu e predominou desde o

mundo grego até a modernidade, ao resgatar a condição de exclusão e inferioridade da mulher, não apenas como categoria estatística e sócio-econômica, mas da condição de sujeito sócio-histórico e cidadão (BANDEIRA, 2000, p. 17).

O advento dos estudos focados na condição da mulher concebeu uma teoria-base sobre a opressão feminina e foi importante para desconstituir o arranjo patriarcal enquanto ordem social, que explora mulheres por meio da justificativa do sexo e das funções reprodutivas. Simone Beauvoir (1949) e sucessoras abriram as discussões acerca da sexualidade argumentando sobre a influência cultural dos papéis de gênero, papéis esses construídos a partir da interpretação do corpo feminino e a diferença biológica entre os sexos que opera o destino socialmente imposto às mulheres. Até então, a biologia da mulher a tornava dócil, frágil e a conduzia a submissão ao pai, irmão, marido e demais herdeiros homens.

A desconstrução da ideia de um sexo frágil vai de encontro ao pensamento pós-estrutural de Michel Foucault, que questiona os discursos e as práticas cotidianas de autocontrole para a manutenção das normas heterossexuais e o conceito binário de gênero (FOUCAULT, 1988).

Foucault (1988) cita em História da Sexualidade que a articulação do discurso sobre a sexualidade se tornou uma arma poderosa para perpetuar a vigilância, a normatização e a constituição da sexualidade a partir do controle dos corpos dos indivíduos. No sistema de controle e adestramento dos corpos, as ferramentas utilizadas são elaboradas de acordo com os resultados decretados pelos interessados. Assim, as “multidões confusas e inúteis de corpos” são adestradas pelo poder disciplinar, com o objetivo de produzir indivíduos obedientes (FOUCAULT, 1987). A disciplina institui a domesticação dos corpos. Na escola, a seriação, a organização dos horários e os conteúdos são dispositivos de poder que investem na fabricação do sujeito-aluno. Dentro da sala de aula, principalmente, o educador atua como vigia, controlando as posturas, emoções e conhecimento dos educandos.

Após o século XVIII as práticas punitivas sobre o corpo foram cessadas, de modo que essa forma de abordagem fosse feita à distância (FOUCAULT, 1988). Dessa forma, os carrascos, que tinham em suas mãos a execução da pena, foram substituídos pelos médicos, psicólogos, psiquiatras, guardas e professores, responsáveis por ditar regras, vigiar e pregar uma suposta ordem. Em decorrência disso, no século XIX houve uma explosão do discurso sobre a sexualidade, discurso

esse com enunciações lapidadas e controladas, em outras palavras, definiu-se o direito exclusivo de quem fala, para quem se fala, como fala e onde fala. Essas formas de interdição do discurso da sexualidade a coloca como dispositivo de poder que se estrutura a partir de uma aliança que obedece às regras de um sistema hegemônico e biologizante (FOUCAULT, 1988).

A biopolítica¹, como denominou Foucault (1988), é um dos múltiplos mecanismos disciplinares utilizados pelas instituições de ensino para a sujeição, regulação e correção dos corpos e de toda forma de vida na manutenção de uma sociedade normatizada. A reestruturação do sexo em termos médicos, naturaliza os discursos engendrados pela ciência, vinculando as características anatômicas e fisiológicas dos corpos à sexualidade e as distinções atribuídas aos homens e às mulheres (FOUCAULT, 1988).

Assim, os discursos científicos tomam como alvo as sexualidades desviantes e “improdutivas” classificando-as como desvirtuosas e pervertidas, passando a investigá-las na busca de uma compreensão que seja plausível psíquica e/ou biologicamente. A partir da história da sexualidade de Foucault (1988), é possível perceber que a reterritorialização de modos de existências para além dos sistemas hegemônicos era - e ainda é - interdita e invisibilizada por um discurso de poder articulado à manutenção da heterossexualidade e o gênero binário². Através dessa normatização, os princípios da distinção e oposição tal como masculino e feminino são assegurados. Todavia, como colocado pelos estudos *queer*³, a heterossexualidade também apresenta suas incoerências, assim como qualquer outro regime (LOURO, 2009).

Como afirma Judith Butler (2010), não é interessante corresponder ao sexo como domínio biológico e o gênero como domínio sociocultural. Tanto o gênero quanto o sexo são construídos socialmente. Ao contestar o caráter imutável do sexo

¹ A biopolítica é um conjunto de técnicas políticas de sujeição dos corpos e de controle das populações a partir de fenômenos biológicos como a saúde, a higiene, a natalidade e a mortalidade. Articulado a isso está o disciplinamento dos corpos dos indivíduos, uma tecnologia de poder que torna os corpos dóceis e úteis (FOUCAULT, 1988, p. 128).

² Entende-se por heterossexualidade o desejo pelo sexo/gênero oposto (LOURO, 2004) que passa a ser institucionalizada como uma norma social, política, jurídica e econômica, de maneira explícita ou implícita (RIOS, 2007). O gênero binário se constitui na polarização dos corpos em masculino versus feminino (REIS; PINHO, 2016 p. 11).

³ O termo *queer* traduzido do inglês como esquisito, anormal, excêntrico. É um instrumento que denuncia os regimes de poder hegemônicos da sexualidade, a partir da transgressão frente a uma sociedade heteronormativa, destacando a realidade social e cultural de uma minoria excluída (FIGUEIREIDO, 2018, p. 43).

percebe-se que ele seja tão culturalmente construído quanto o gênero, de tal forma, que a distinção entre sexo e gênero torna-se nenhuma, ou seja, arbitrária (BUTLER, 2010). As contribuições de Judith Butler e seus trabalhos com a teoria *queer* fundamentaram o questionamento da separação sexo/gênero ao problematizar a ausência de transsexuais e interssexuais do sujeito do feminismo, a partir disso, Butler destaca a chamada “heterossexualidade compulsória” imposta pelo discurso hegemônico. Considerando essa concepção, teorias feministas passaram a agregar em suas reivindicações, questões acerca dos estudos gays e lésbicos e da Educação Sexual, estendendo essas discussões para as múltiplas instituições sociais, inclusive a escola.

2.2 Breve histórico sobre a Educação Sexual e seus desdobramentos

Lançando-se sobre a sexualidade e sua relação com a educação, é evidente o quão recente se deu a inserção dessa temática nos currículos escolares. As discussões e abordagem acerca do sexo e corpo no espaço escolar iniciaram-se a partir do século XX por meio de políticas públicas, relativas à concepções médicas e higienistas.

A primeira onda do movimento feminista no Brasil (PEDRO, 2005), no século XIX, impulsionada pelo movimento sufragista⁴ e somado as outras reivindicações, tais como o direito à educação e exercício da docência, estendeu à escola as discussões de gênero, mesmo que minimamente. A aproximação entre os estudos de gênero e os estudos feministas coincidiu pelo fato de que ambos os campos se caracterizam pela oposição a regimes de poder hegemônicos. A segunda onda do movimento feminista - situada entre as décadas de 60 e 70 - surgido junto a movimentos de oposição aos governos da ditadura militar, eclodiu as problematizações sobre as construções teóricas da categoria gênero (PEDRO, 2005). Durante essa época, a abordagem da sexualidade e relações de gênero nas escolas foi fortemente repreendida e silenciada, propagando o moralismo vivenciado em tal contexto. Ao passo em que há a redemocratização da sociedade brasileira, o interesse pela Educação Sexual retorna aos espaços educativos, motivados pelos movimentos

⁴ Também chamado de "sufragismo", se configura como o movimento voltado para estender o direito do voto às mulheres (LOURO, 2014).

feministas. Naquele momento, a Educação Sexual foi proposta como instrumento de libertação das mulheres, dos corpos e dos sujeitos. Ao mesmo passo, a importância do controle das doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), atualmente denominadas infecções sexualmente transmissíveis (ISTs)⁵, tomavam grande proporção nas múltiplas instituições sociais.

A epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e a prevenção à gravidez na adolescência, recoloca vigorosamente a discussão sobre sexualidade no contexto escolar (LOURO, 2014). Logo, a escola passou a ser privilegiada como espaço fundamental para a propagação de informações sobre o “sexo seguro”, bem como estratégia de controle sobre os corpos para seguissem e perpetuassem as normas estabelecidas como padrão social. Como cita Weeks (2018), essas estratégias sustentam um cenário conservador, onde a Educação Sexual desempenha o papel de uma política sexual pensada em conter ameaças à família, o questionamento aos papéis sexuais e os ataques à normalidade sexual. A escola tinha papéis controversos de estimular a sexualidade “normal” - heterossexual- e ao mesmo tempo contê-la, adiando a sexualidade para a vida adulta, silenciando as discussões acerca desse tema.

A formulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que surgiu a partir da reformulação curricular da Educação Básica na década de 90 (BRASIL, 1997), ampliou o debate sobre sexualidade e as relações de gênero no âmbito educacional com a criação do tema transversal denominado Orientação Sexual:

Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro (BRASIL, 1998, p. 287).

⁵ As Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) implicam na presença de sintomas e sinais visíveis da doença no organismo do indivíduo. As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) passou a ser adotada em substituição à expressão DST porque podem ter períodos assintomáticos ou se mantêm assintomáticas durante toda a vida do indivíduo e são somente detectadas por meio de exames laboratoriais (BRASIL, 2017).

Todavia, a partir desse momento, o discurso da sexualidade nas escolas brasileiras foi colonizado pelas concepções médico-higienistas de combate à AIDS e IST, com a função de reproduzir o dispositivo de disciplina e governo sobre os corpos de crianças, jovens e adultos, assim como esquema biopolítico de controle dos modos de ser e de estar na sociedade. Há poucas décadas, não cabiam na escola, os corpos dissidentes do regime heteronormativo, ainda que esses corpos pertencessem à instituição de modo invisibilizado.

Em acréscimo, a ascensão de movimentos ultraconservadores no século XXI colocaram em xeque a abordagem da sexualidade em instituições de ensino, “termos como ‘identidade de gênero’ e ‘orientação sexual’ aparecem e desaparecem dos documentos oficiais e das políticas públicas em educação” (SEFFNER, 2017, p. 22). No início de 2020, o atual presidente da República, Jair Bolsonaro, “afirmou que governos de esquerda ‘acabaram’ com o Colégio Pedro II” ao permitir “menino de saia [...] lá dentro” (GULLINO; GRANDELLE; FERREIRA, 2020). Discursos como este são usados como artifícios de intolerância e perpetuam a insegurança para a abordagem de temáticas sobre sexualidade e gênero no contexto escolar.

Recentemente, casos de homofobia envolvendo escolas foram noticiados por veículos de mídia e jornais durante o primeiro semestre de 2021. Em Campinas, o Ministério Público (MPSP) foi acionado após um estudante de 11 anos ser duramente criticado no grupo de *Whatsapp* por funcionários da escola e pais de alunos, após ter sugerido uma proposta de estudo sobre o mês do Orgulho LGBTQIA+, celebrado em junho (CARVALHO, 2021). Na região Nordeste, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) investiga uma escola da Grande Recife, após a promoção de discurso homofóbico da mesma. A unidade de ensino, em postagem no Instagram, criticou uma propaganda alusiva ao Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+ citando que "as crianças estavam sendo atacadas" e que o comercial da rede de *fast food* era uma "seta inflamada dos inimigos" (VALADARES, 2021). O colégio ainda declarou que possui um “Centro de Treinamento de Pais Cristãos”, no qual promove princípios conservadores de educação familiar (VALADARES, 2021).

Apesar da discriminação de pessoas por orientação sexual e identidade de gênero ser considerado crime desde junho de 2019 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) (BARIFOUSE, 2019), a homofobia ainda é recorrente no espaço educacional e conseqüentemente atrapalha do desenvolvimento escolar do sujeito. Até os dias atuais, na escola, a existência de alunos e alunas homossexuais e bissexuais são

marginalizadas, pois são vistas como uma fase transitória quanto ao exercício da sexualidade, de tal modo, que são capazes de voltarem ao seu curso “normal” se acompanhados por profissionais. Nessa perspectiva, a transexualidade é tratada além de um incômodo, a ponto de ser abordada como distúrbio, uma vez que esses corpos não conferem a instituição escolar retorno à heteronormatividade. Como consequência tem-se o afastamento e a evasão desses corpos indesejáveis, contribuindo para sua marginalização e vulnerabilidade social.

É importante complementar que as relações de gênero abrangem ainda a predominância de poder de um gênero sobre outro e suas representações e essa questão está tanto dentro como fora da escola. Entretanto, a comunidade escolar não está conseguindo dialogar sobre essas temáticas. Neste caso, a forma como a sociedade estabelece as relações entre masculinidade e feminilidade, cobrando que mulheres e homens se encaixem em um determinado modelo que depende de como o corpo é lido na sociedade, está o tempo todo na escola e muitas vezes propicia os mais diversos tipos de preconceito, desigualdade e violência de gênero. Como cita Goldberg:

“Aceite o convite para vivenciar uma Educação Sexual como luta. Esteja, portanto convencido de que o sexo foi, é e será sempre uma questão social, sem deixar de ser também uma questão individual. Esteja atento, pois muito mais do que qualquer discurso, a participação numa luta ensina a sentir o que deve ser denunciado, a compreender as razões do repúdio e a criar alternativas de solução [...]” (GOLDBERG 1983, p. 82-83).

É preciso que a escola reflita sobre como esses estereótipos são (re)produzidos, afinal, existem muitas formas de ser mulher/homem, em que não se considera apenas ter nascido com determinado sexo biológico.

2.3 O corpo que cabe nas aulas de Ciências

Considerando o ensino de Ciências na Educação Básica, as abordagens anatômicas, fisiológicas e médico-higienistas sustentam o discurso de um corpo biologicamente estável (TRIVELATO, 2005). A apresentação do corpo dada de forma fragmentada, em conteúdos que separam suas partes constituintes, legitima o enfoque nos aspectos reprodutivos do indivíduo, onde a sexualidade é associada a

reprodução, entendendo que a mesma se trata apenas da expressão biológica que define um conjunto de características anatômicas e funcionais do aparelho reprodutor. Partindo dessa visão, a prática docente atua para a manutenção de uma sexualidade vigente dentro das normas estabelecidas socialmente, reduzida ao modelo da reprodução e da genitalidade, negando suas dimensões histórico-sociais e as discussões de interesse dos alunos quanto às suas vivências.

Louro (2018) aponta para a necessidade de romper as barreiras das “verdades” biológicas relacionadas ao gênero e a sexualidade, partindo do ponto em que,

As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (LOURO, 2018, p. 12).

A naturalização de práticas discursivas impostas nos currículos e nas aulas de Ciências isenta os constructos culturais do corpo, deixando-o à mercê de formas, sistemas e funções a níveis teciduais, celulares e moleculares. O ensino de Ciências é privilegiado, pois através dele é possível discutir sobre a sexualidade, entretanto, essa discussão não se dá de forma mais ampla e se resume a conteúdos restritos à reprodução e essencialismo⁶. Nessa direção, é reproduzida a concepção de corpo e sujeito como manifestações de uma essência em termos de caracteres biológicos. Consequentemente, afirma que as diferenças anatômicas e reprodutivas de homens e mulheres determinam as noções de feminilidades e masculinidades, seus papéis sexuais e posições na sociedade, bem como a definição imutável de identidade (MEYER, 2013).

O discurso do essencialismo constitui, sobretudo, os interesses conservadores e heteronormativos que excluem os corpos e identidades outros e vigiam os sentimentos, ações e interações dos sujeitos. Legitimando o enunciado biológico, psicológico, higienista e médico através do currículo, que estabelece como, quando e por quem o corpo humano deve ser falado, visto e pensado nas práticas educacionais tornando mais fácil naturalizar a entidade biológica universal.

⁶ O "essencialismo" explica as propriedades de um todo complexo por referência a uma suposta verdade ou essência interior, reduzindo a complexidade do mundo à suposta simplicidade imaginada de suas partes constituintes, procurando explicar os indivíduos como produtos automáticos de impulsos internos (WEEKS, 2018 p.53).

Apesar dos planos curriculares e os conteúdos programáticos de Ciências serem atestados pelos processos de ler e fazer a biologia enquanto uma realidade inquestionável, uma verdade definitiva, cabe memorar que nada é dado por acabado, toda a verdade - inclusive a científica - é inacabada, provisória e parcial e se constrói historicamente como resultado cultural e de relações sociais em uma determinada época. Desse ponto de vista, a (im)possibilidade de trabalhar a sexualidade em seu sentido mais amplo junto aos programas curriculares de Ciências transfigura-se em uma alternativa sobre a não segmentarização do corpo, do gênero e da sexualidade.

Da mesma forma, como o conteúdo curricular de Ciências assegura a relevância da apropriação de conhecimentos científicos, deve também assegurar o questionamento para além das verdades engessadas, pois ele

[...] é território político, ético e estético incontrolável que, se é usado para regular e ordenar, pode também ser território de escapes de todos os tipos, no qual se definem e constroem percursos inusitados, caminhos mais leves, trajetos grávidos de esperança a serem percorridos. (PARAÍSO, 2018, p. 14).

O texto final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) homologada em 2018, suprimiu os termos “gênero” e “orientação sexual”. De acordo com Monteiro e Ribeiro (2020) essa supressão ocorreu devido aos interesses de movimentos de grupos políticos conservadores, ligados a instituições religiosas que sustentam a ótica da “ideologia de gênero”⁷. O termo “sexualidade” aparece no texto relacionada a área de Ciências do 8º ano como objeto de conhecimento da área temática “Vida e Evolução”, e aponta como habilidades:

(EF08CI08) Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso.

(EF08CI09) Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).

(EF08CI10) Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e

⁷ O termo “ideologia de gênero” surgiu primeiro na década de 1990 e início dos anos 2000 em um documento eclesial emitido pela Conferência Episcopal do Peru intitulada “Ideologia de gênero: seus perigos e alcances”, e é defendido por posicionamentos tradicionais, fundamentalistas e reacionários de grupos conservadores que são contrários aos estudos de gênero, tal qual às discussões relacionada ao feminismo e a diversidade sexual seja nas escolas ou fora delas (SALDAÑA, 2018).

tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção.

(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) (BRASIL, 2018, p. 349).

Apesar da menção das múltiplas dimensões da sexualidade humana, o texto não enfatiza objetivamente as diferentes expressões de identidades de gênero e sexuais. A BNCC subsidia, através da décima primeira habilidade, apenas “aspectos biológicos em detrimento de outras dimensões que atravessam a sexualidade humana” e, dessa forma, “apresenta fragilidades que poderão levar ao seu não desenvolvimento ou desenvolvimento falho pelos estudantes” (SILVA, BRANCALEONI, OLIVEIRA, 2019). Além das deficiências durante a formação, os professores enfrentam ainda dificuldades relacionadas a seus próprios valores e a tensão criada através dessas discussões, que consolida o receio de debater questões de gênero e sexualidade na sala de aula. A própria não menção explícita desses termos dissemina a ideia de que os temas não estão contemplados na base e, portanto, sua abordagem não configura dentre as funções sociais da escola.

Ademais, fazem-se presentes na BNCC como Competências Específicas de Ciências da Natureza para o Ensino Fundamental, os seguintes trechos:

7. Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias.

8. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões frente a questões científico-tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários (BRASIL, 2018, p. 322).

O CNE/CP em sua Resolução N° 2, de 22 de dezembro de 2017 afirma, no Art. 22, que “O CNE elaborará normas específicas sobre computação, orientação sexual e identidade de gênero” (CNE, 2017). Com a justificativa de que a temática de gênero provocou muitas controvérsias durante os debates públicos do PNE e da BNCC.

Todavia, professoras e os professores de Ciências podem emergir identidades, corpos e sexualidades que são estrangulados pela escrita orgânica, a partir da

demanda de discussões que eclodem na sala de aula, se debruçando na ampliação do debate pela conotação cultural e social, que gera possibilidades de insurgências de corpos, gêneros e sexualidades e pensar outras abordagens de uma “Ciências” carregada de vida, em todos os sentidos.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa consiste em um estudo da temática de Educação Sexual no contexto do ensino de Ciências. Propusemos assim, uma investigação envolvendo os/as professores/as da referida disciplina. A pesquisa se sustenta em uma análise profunda dos dados coletados a partir de questionários com questões objetivas e subjetivas. Dessa forma, trata-se de uma pesquisa qualitativa de base exploratória.

A abordagem qualitativa, de acordo com André (2013), concebe que o conhecimento é um processo socialmente construído pelos sujeitos nas suas interações rotineiras, enquanto atuam na transformação da realidade e de si próprios. Corroborando com Minayo (2001), a pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais e, portanto, atua com significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos.

A pesquisa exploratória, por sua vez, “[...] têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2011, p. 27).

Participaram desta pesquisa 7 professores de Ciências que atuam no Ensino Fundamental II da cidade de Campina Grande/PB, dentre os quais 71,4% se identificam como sendo do gênero feminino e 28,6% do gênero masculino, com faixa etária entre 20 e +40 anos (Quadro 1). Dentre os respondentes do questionário 71,4% atuam em escolas públicas e 28,6% atuam em escolas particulares.

Quadro 1. Variação da faixa etária dos/as professores/as que responderam o questionário.

| Faixa etária | Número de pessoas | Porcentagem |
|--------------|-------------------|-------------|
| 20 - 25 anos | 3 | 42,9% |
| 25 - 40 anos | 2 | 28,6% |
| +40 anos | 2 | 28,6% |

| | | |
|-------|---|------|
| Total | 7 | 100% |
|-------|---|------|

Fonte: Dados da pesquisa coletados através de questionário.

Consideramos a amostragem como sendo não probabilística, pois nesse tipo de amostragem os tratamentos estatísticos são restritos e a generalização dos dados deve ser feita com cautela. Para realização desse estudo, utilizamos como instrumento para a coleta de dados um questionário on-line aplicado via plataforma Google de formulários no período de janeiro a março de 2022.

O questionário contém 7 perguntas, sendo composto por questões objetivas e algumas delas com abertura para justificativas, abordando os seguintes temas: as concepções sobre identidade de gênero e orientação sexual; as responsabilidades dos professores de Ciências quanto à Educação Sexual; os tensionamentos nos discursos da educação para sexualidade em sala de aula e, por fim, sobre a preparação dos docentes e as discussões sobre a temática nas instituições em que atuam. As questões foram construídas de modo que fosse capaz conciliar a objetivação de alguns indicadores com a análise do discurso que os sustentam.

O questionário foi divulgado por meio da plataforma digital *Whatsapp* mediante contato com grupos de professores/as da cidade, constituindo uma amostra aleatória. Os/as participantes assinaram previamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo a privacidade e o anonimato das informações.

Após a coleta dos dados foi realizada a etapa de processamento, utilizando-se o software Excel 2013 para a digitação e tabulação dos dados. A análise foi apresentada em tabelas com percentuais de resposta e gráficos, constituindo uma estatística descritiva, de forma a construir uma teia de informações, na medida em que os dados permitem, possibilitando uma compreensão sobre as questões de sexualidade, gênero e diversidade no contexto escolar. Algumas respostas foram passíveis de serem agrupadas e elaboradas em categorias para posterior análise e descrição dos dados obtidos (MINAYO, 2008). Ao final, todos os dados foram analisados e interpretados à luz da literatura.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 O olhar dos docentes sobre as discussões de gênero e sexualidade nas aulas de Ciências

Utilizando-se da metodologia de abordagem qualitativa, visamos verificar como professores/as abordam as questões referentes à diversidade sexual e de gênero em suas aulas de Ciências a partir de perguntas concernentes a essa temática. Dessa forma, todos os docentes serão denominados a partir de agora apenas como R1, R2, R3 sucessivamente.

Levantamos que seis dos sujeitos pesquisados (86%) abordam a temática de gênero e sexualidade nas suas aulas de Ciências, justificando a importância de discutir este tema em sala de aula:

“Porque acho importante que esse tipo de assunto seja abordado em aula já que muitos alunos não têm oportunidade de debater e conhecer alguns temas em suas casas. Muitos pais inclusive têm preconceito com estes assuntos” (R1);

“A adolescência é um período de mudanças e entendimento de si mesmo, falar sobre sexualidade é de extrema importância para os adolescentes, pois muitos não compreendem bem o que sentem com relação a isso, com relação a sua própria sexualidade e também não compreendem as amplas questões que envolvem esse tema. Devido vivermos em uma sociedade onde o preconceito pela comunidade LGBTQ+ é enorme e põe vidas em risco, fazer os alunos refletirem sobre as questões de sexualidade é educá-los para a vida” (R3);

“É um tema importante a ser debatido em sala de aula, para deixar que o aluno(a) não se sinta constrangido(a) sobre o que ele(a) pensa a respeito de como prefere se identificar e também para deixar claro para a sociedade que é importante respeitar” (R4).

A reivindicação de direitos e espaços por grupos sociais organizados, tais como LGBTQIA+ e feministas, potencializa as discussões sociais, políticas, históricas e culturais acerca das diversidades sexuais e de gêneros. As respostas dos

professores/as evidenciam essa reivindicação dos/as sujeitos/as pelo espaço escolar para discutir as hierarquias sexuais e de gênero e as ideias propagadas pelo senso comum e promover o respeito à diversidade, indicando a relevância de nortear abordagens desses assuntos em sala de aula, proporcionando vivências e reflexões saudáveis. Os temas transversais desenvolvidos a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais pelo MEC, apontam a necessidade de mediar discussões acerca dos aspectos da sexualidade em sala de aula, a fim de posicionar o educando de maneira crítica e responsável na construção de uma realidade social, política e ambiental cidadã (BRASIL, 1997).

...oferecer aos alunos a perspectiva de que tais atitudes são viáveis, exequíveis, e, ao mesmo tempo, criar possibilidades concretas de experienciá-las. (...) Para os professores polivalentes de primeiro e segundo ciclos, essas situações serão especialmente valiosas para que possam definir a forma de trabalhar com os Temas Transversais a partir da realidade de cada um e dentro das possibilidades da escola. Para os professores das diversas áreas, de terceiro e quarto ciclos, essas situações serão fundamentais para que possam coordenar a ação de cada um e de todos em torno do trabalho conjunto com os Temas Transversais. (BRASIL, 1998, p. 31).

Entretanto, segundo alguns respondentes, o momento considerado mais adequado para realizar ações voltadas ao debate de diversidade na escola é na aula de Ciências, mais especificamente durante a exposição do conteúdo de Sistema Reprodutor. Em virtude desta concepção, muitas vezes o corpo continua sendo representado como algo desconectado das discussões históricas e sociais:

“Acredito que é importante a abordagem, mas trabalho nas turmas do oitavo ano especificamente pois faz parte das temáticas/ conteúdos propostos para série” (R2);

“Para mim, o professor só deve consagrar em sala de aula os conteúdos que são acometidos no currículo de Ciências, sem ir muito além e acabar entrando em assuntos polêmicos” (R5);

“...pois se encaixa na disciplina biologia e ciências. Gêneros sexuais e métodos contraceptivos, por exemplo, estão sempre nos livros didáticos” (R6).

Tratar as questões de corpo, sexualidade e gênero sob ótica biológica os classifica como aspectos essencialistas que normatizam a homogeneidade, impedindo a construção de uma reflexão favorável entre as dimensões biológica e cultural do sexo e reduzindo a um processo educacional não-humanitário. Executar esta pedagogia reforça a ideia de que existem sexualidades e identidades naturais, que devem ser preservadas e aquelas desviantes que devem ser vigiadas. Os estudos desenvolvidos por Foucault (1987, 1988) evidenciam a produção desse dispositivo que visa estabelecer/produzir “verdades” em relação aos corpos e aos prazeres e naturalizar um discurso conservador da sociedade com padrão de moralidade exemplar, visando o controle social

A próxima pergunta pediu para que os participantes definissem sexualidade, dentro das suas concepções, assim as respostas dos docentes foram divididas em três categorias (Quadro 2):

Quadro 2. Categorização das respostas à pergunta “Como você define sexualidade?”.

| Definição de sexualidade | Número de respondentes |
|-----------------------------|------------------------|
| Aspecto biológico e afetivo | 2 |
| Orientação sexual | 2 |
| Sexo biológico | 3 |
| Total | 7 |

Fonte: Dados da pesquisa coletados através de questionário.

Observamos que dois participantes (29%) referem-se a sexualidade como a relação entre os aspectos biológicos e afetivos, como nas falas a seguir: “*Sexualidade é um conjunto de desejos/sentimentos que o indivíduo pode sentir pelo o outro para se satisfazer*” (R4); “*A forma como o indivíduo se relaciona sexualmente e amorosamente com outras pessoas*” (R6); e outros dois (29%) referem-se à orientação sexual: “*Significa como uma pessoa se relaciona com outra pessoa, seja ela do mesmo gênero ou não*” (R1); “*Para mim, sexualidade está relacionada às tendências e interesses de um indivíduo, cabe considerar tanto a parte biológica como cultural, pois formam o ser e determinam suas inclinações e atrações*” (R3).

Entretanto, três professores/as (43%), representam sexualidade como características biológicas, sexo e sexo como relação heterossexual, perpetuando o caráter essencialista, como demonstram as seguintes falas: “*Representa as características biológicas de macho e fêmea e a relação mais íntima entre os dois sexos*” (R2); “*Sexualidade é sobre a vivência e o modo de um homem e mulher se relacionarem*” (R5); “*A sexualidade é inerente ao ser humano, pois determina diversos aspectos fisiológicos, anatômicos e sociais a partir do momento em que se é concebido a partir das características que definem o sexo de um indivíduo*” (R7).

As respostas analisadas corroboram com os estudos de Louro (2018); Louro (2014); Furlani (2013); Trivelato (2005), onde concluíram que a abordagem de sexualidade em sala de aula ainda é estruturada nas perspectivas biológicas e com viés reprodutivo, legitimando determinadas regras e verdades e demarcando esses discursos como maneira correta de tratar sobre essa temática. Moizés e Bueno (2010) indicaram em um estudo feito com docentes do Ensino Fundamental do interior do Estado de São Paulo, a posição essencialista e heteronormativa pelos/as professores/as estudados/as, designando o significado de sexualidade o desejo e atração pelo sexo oposto, realçando esse fator como único e natural. Nesse sentido, o potencial pedagógico, sociológico e biológico é tratado como essencialista uma vez que converge em conclusões reducionistas e normatizadoras sobre os sujeitos. Destaca-se, ainda, que os argumentos biológicos são frequentemente usados como uma ferramenta da intolerância, propagando o que é certo e errado, o que é natural e o que é aberração.

Um outro questionamento feito aos/as professores/as foi concernente às quais temáticas referentes à Educação Sexual são abordadas e/ou enfatizadas nas suas aulas de Ciências (Figura 1), sendo que a grande maioria, quatro dos sete respondentes (57,1%) afirmou focar suas abordagens nos aspectos biológicos e discutir minimamente sobre os aspectos históricos e culturais; dois professores/as (28,6%) afirmou tratar apenas dos aspectos biológicos, e apenas um (14,3%) afirmou que aborda igualmente aspectos biológicos e histórico-cultural e nenhum dos respondentes indicou ter uma abordagem focada nos aspectos histórico-culturais.

Figura 1: Frequência de respostas à pergunta “Que temáticas referentes à Educação Sexual você aborda e/ou enfatiza nas suas aulas de Ciências?”



Fonte: Dados da pesquisa coletados através de questionário.

Perpetua nessa questão mais uma visão de que o discurso autorizado é o anatômico, fisiológico e médico-higienista, que estabelece como e quando as questões de corpo, gênero e sexualidade devem ser vistas, faladas e pensadas nas aulas de Ciências. Nessa perspectiva, é comum ignorar a historicidade e as implicações socioculturais que constituem o ser e a possibilidade de reconhecer e lidar com a diversidade na produção discursiva da educação. É importante salientar que as predisposições biológicas são relevantes na constituição da materialidade sexual. Entretanto, elas não reproduzem por si só todos esses comportamentos, pois é necessário que haja a socialização e o contato com as regras culturais para essas potencialidades ganharem sentido (ROHDEN, 2009).

Quando perguntados/as sobre “Quais dificuldades e desafios você encontra ao trabalhar corpo, gênero e sexualidade com os alunos”, as respostas encontradas foram categorizadas em cinco grupos (Quadro 3):

Quadro 3. Categorização das respostas à pergunta “Quais dificuldades e desafios você encontra ao trabalhar corpo, gênero e sexualidade com os alunos?”

| Dificuldades | Respondentes |
|--------------|--------------|
| Tabu | 4 |
| Vergonha | 6 |
| Preconceito | 7 |

| | |
|------------------------------|---|
| Receio da família dos alunos | 4 |
| Falta de preparo | 2 |

Fonte: Dados da pesquisa coletados através de questionário.

Nos chama a atenção o fato de que todos/as os/as professores/as mencionaram em sua resposta que o preconceito de alguns alunos/as torna mais difícil a abordagem do tema em sala de aula. Além disso, seis dos sete respondentes citaram que a maioria dos/as estudantes ainda se sentem envergonhados/as quando o assunto é proposto durante a aula, como nas falas a seguir:

“Principalmente a vergonha por parte dos alunos ou ofender um aluno preconceituoso e gerar um problema externo da sala de aula e talvez até fora da escola por não aceitar o que está sendo debatido em sala de aula” (R1);

“A principal dificuldade é a questão da aceitação da temática [...] pais e alunos que acham que deveria ser proibido [...] outra questão é a maturidade dos alunos ao se deparar com o tema, mesmo a faixa etária sendo a mesma, alguns se sentem envergonhados, outros já são muito avançados, e, saber dosar essas diferenças é um pouco difícil.” (R4).

À luz das análises foucaultianas, a escola, família, religião, medicina são mecanismos de controle direcionados ao corpo (FOUCAULT, 1988). O preconceito é um indicativo desse controle, o discurso imbricado e reproduzido por essas instituições configura uma ferramenta de disciplina. A exemplo da escola moderna, esta foi moldada para investir na normatização dos corpos a partir de várias práticas sociais, tais quais as disciplinas curriculares, os conteúdos abordados nos livros didáticos, o bullying, os esportes propostos para meninos e meninas etc. Dessa forma, o sistema opera a regulamentação das condutas e dos pensamentos dos sujeitos.

Propor os temas diversidade sexual e de gênero em sala de aula gera desconforto e receio para a maioria dos profissionais. Questões relacionadas à timidez, não aceitação dos alunos, pais e até da própria comunidade escolar são

alguns dos empecilhos encontrados para a condução da discussão. Além disso, a falta de preparo e de apoio pedagógico ao docente impede a superação desses desafios, sustentando o silêncio e gerando incapacidade do exercício pleno da docência.

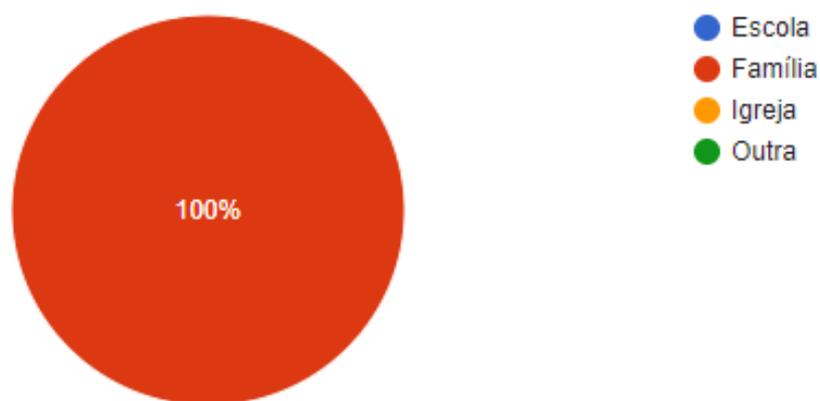
“É muito difícil abordar esse assunto quando não temos o apoio que precisamos, desde as instituições superiores como o Ministério e secretarias de Educação que se recusam oportunizar esse debate, até mesmo os materiais que nos são oferecidos carecem desse tema, e se torna pior quando propomos trabalhar o tema mas somos barrados por causa do preconceito que existe na sala de aula e na escola” (R3);

“Além da falta de materiais, como modelos didáticos, principalmente, o preconceito e a vergonha dos alunos de debaterem sobre o tema” (R6).

Um dos documentos que poderia objetivar uma base pedagógica aos/as professores/as sobre a abordagem dessa temática em sala de aula é o tema transversal “Orientação Sexual” proposto pelos PCNs. A princípio, a orientação sexual entrou nos PCNs devido a alta dos casos de contaminação por HIV e de gravidez indesejada na adolescência, ganhando destaque apenas quando se tornou um problema de saúde pública a ser combatido. O documento cita que o conteúdo deve ser abordado em todos os ciclos de escolarização e transversalizados nas diferentes áreas do currículo. Propõe-se trabalhar a partir de três eixos norteadores: “Corpo: matriz da sexualidade”, “Relações de gênero” e “Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis/AIDS” (BRASIL, 1998). Entretanto, a temática de diversidade sexual e de gênero não são aprofundadas, e muitas informações acabam sendo deixadas de lado, ganhando destaque as questões médicas e higiênicas, refletindo nas salas de aula uma tendência ao silêncio sobre o tema.

Quando questionados sobre quem deve se ocupar da Educação Sexual de crianças e jovens, todos os que responderam ao questionário marcaram a alternativa correspondente à família (Figura 2).

Figura 2. Frequência de respostas à pergunta “De acordo com suas concepções sobre sexualidade, quem deve se ocupar da Educação Sexual de crianças e jovens?”.



Fonte: Dados da pesquisa coletados através de questionário.

Ao justificarem a sua resposta, os docentes sinalizaram que a família deve ser *“...A base para iniciar a educação sexual, pois é onde a criança, o adolescente tem mais confiança, segurança, se sente protegido ou pelo menos deveria ser”* (R2). No entanto, apesar da família corresponder a 100% das respostas obtidas, alguns afirmam que deve ocorrer sempre o diálogo da família com a escola:

“Creio que é um assunto que deva ser abordado em casa pela família, pois em casa o tema consegue ser abordado com melhor direcionamento, mas que deva acontecer uma parceria entre família e escola” (R1);

“Na verdade todas as instituições (principalmente a escola e a família) devem se preocupar com essa questão, mas escolhi a família, no sentido de que esta é o principal convívio da criança e do adolescente...” (R3);

“Não adianta a escola se desdobrar na sala de aula e debater sobre o tema se em casa não tem apoio da família, que não faz a mínima ideia do que se trata. É importante que a família busque conhecimento a respeito, converse, pesquise, leia documentos e esteja preparado para quando a escola vier falar a respeito que haja uma harmonia positiva” (R4).

Nos atentamos a alguns aspectos que correspondem à essa questão. Primeiro, o fato de que todos os professores acreditam que as dimensões que envolvem a educação para sexualidade devem ser abordadas, principalmente, pela família,

coincidindo com a propagação de ideais e perspectivas ultraconservadoras reproduzidas em muitos lares. Nesse sentido, é responsabilidade da escola questionar os valores familiares trazidos pelos sujeitos, a fim de construir uma percepção mais crítica sobre si mesmo, sobre seu grupo social e sobre o mundo a partir das vivências educacionais, sociais e culturais (BORTOLINI et al., 2014). Além disso, é na escola que os alunos/as realizarão grande parte de suas interações sociais, por isso torna-se importante traçar uma Educação Sexual emancipatória, para formar cidadãos autônomos.

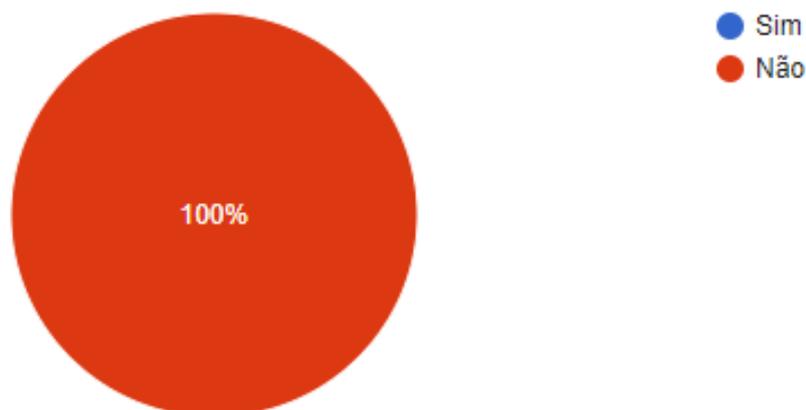
Um outro aspecto que nos chama atenção com relação às respostas refere-se à família ser reconhecida como o sistema de proteção e segurança das crianças e adolescentes. De fato, existe um ideal construído socialmente que remete à família o lugar de proteção e crescimento dos sujeitos, mas muitas evidências demonstram que a família tem sido também um *locus* de violação de direitos.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2020, 85,2% dos agressores sexuais de crianças e adolescentes são conhecidos das vítimas, muitas vezes é seu familiar, como pai, avô e padrasto (BOHNENBERGER; BUENO, 2020). Esse é um ponto especialmente significativo, pois indica um fenômeno estrutural que tem suas raízes intrafamiliar.

Em uma reportagem noticiada pelo *site* A Gazeta, Lorenzo Pazolini, titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao/à Adolescente (DPCA) do Espírito Santo, afirmou que a maior parte das denúncias de violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes são feitas por profissionais da educação (CARVALHO, 2018). Oportunizar no ambiente escolar a criação de debates e de uma educação para sexualidade tomando como referência suas dimensões e um ensino crítico/investigativo pode ampliar o conhecimento e a possibilidade de elaboração de informações sobre vários conceitos e comportamentos, diminuindo diversos danos que são reproduzidos nos núcleos familiares.

Ao serem questionados se já participaram de alguma discussão sobre gênero e sexualidade no Projeto Político Pedagógico da escola em que atua, todos/as os/as professores/as responderam que não (Figura 3):

Figura 3. Frequência de respostas à pergunta “Você já participou de alguma discussão sobre gênero e sexualidade no Projeto Político Pedagógico da escola em que atua?”



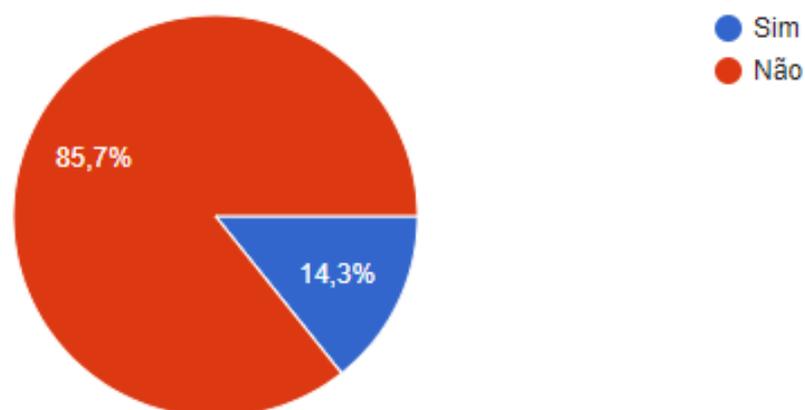
Fonte: Dados da pesquisa coletados através de questionário.

Notamos aqui um fato que, lamentavelmente, é muito recorrente nas escolas: o apagamento da temática no PPP. O PPP (Projeto Político Pedagógico) configura como o documento mais importante da escola. Ele direciona as ações, objetivos e estratégias para alcançar as metas que foram pretendidas, tanto das atividades pedagógicas quanto administrativas. O seu principal ponto é nortear as ações que foram planejadas, possibilitando que as potencialidades sejam equacionadas (VEIGA, 2000).

Martin (2010) realizou uma pesquisa com professoras do Ensino Fundamental I da Rede Municipal de Educação de Presidente Prudente, onde constatou que o Projeto Político Pedagógico das instituições em que as participantes atuam/atuavam não contemplava a temática de sexualidade. Da mesma forma, Quaglia *et al.* (2013), relataram a ausência do tema “sexualidade/sexo” no Projeto Político-Pedagógico nas Unidades Escolares de Maringá, mesmo com o respaldo dos temas transversais delineados pelos PCNs. A marginalização desses temas retrata a incapacidade deles serem trabalhados em sala de aula, por isso a importância da colocação desses assuntos neste documento oficial, para que não sejam tratados apenas eventualmente, mas sim como conteúdo institucional, de forma contínua e sistemática, em um movimento constante de reflexão-ação-reflexão.

Na última questão foi perguntado aos professores e professoras se eles participaram de alguma atividade acadêmica envolvendo a temática de diversidade de gênero e diversidade sexual durante a sua graduação (Figura 4).

Figura 4. Frequência de respostas à pergunta “Durante a sua graduação de licenciatura em Ciências Biológicas, você já participou de alguma atividade acadêmica (ex: Iniciação Científica, Congressos, Seminários etc) envolvendo questões ligadas à diversidade de gênero e sexual?”



Fonte: Dados da pesquisa coletados através de questionário.

Apenas um (14,3%) dos/das docentes respondeu que “Sim”. Os demais seis professoras/es (85,7%) afirmaram que não chegaram a participar de atividades acadêmicas que envolvessem a temática durante o período que cursou a graduação.

Atentamos nessa questão sobre como está acontecendo a discussão de gênero e sexualidade nos cursos de formação inicial de professores. Notoriamente, essa discussão é fragilizada, tanto no que diz respeito aos componentes curriculares das licenciaturas, quanto à realização e promoção de eventos acadêmicos direcionados a essa temática.

Reis (2020) analisou a presença ou ausência das categorias sexualidade, gênero e diversidades sexuais em 27 Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) das licenciaturas oferecidas presencialmente pela Universidade Federal do Tocantins. Nesta pesquisa o autor evidenciou que

1) em mais da metade dos PPCs analisados, as categorias são ocultadas ou invisíveis; 2) os professores que participaram da elaboração dos PPCs não conheciam o chão da escola e tampouco os documentos oficiais referentes à formação de professores; 3) apenas 0,74% do total de 1.479 disciplinas oferecidas em todos os PPCs analisados trazem as categorias, o que evidencia o ocultamento e o silenciamento nas licenciaturas da UFT. (REIS, 2020, p. 6).

Embora seja percebido como fator dispensável, se torna urgente a discussão de gênero e sexualidade no interior das universidades, principalmente no que concerne à formação dos futuros docentes, superando as abordagens marcadas e atravessadas por verdades biológicas e fortalecendo a presença das produções científicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atravessando a biologicidade dos corpos nos deparamos com os campos históricos, sociais e culturais que constituem as diversas formas de ser e estar no mundo. Aceitar as diversidades sexuais e de gênero ainda é um dilema no sistema educacional, mas como negar essas diversidades se elas não estão apenas do lado de fora dos muros da escola?

Cotidianamente, a escola reproduz gestos, palavras, cenas relacionadas ao sentido mais amplo da sexualidade, mesmo com a recorrente tentativa de dessexualização dos corpos, que não consegue se perpetuar, as marcas são produzidas voluntariamente ou involuntariamente nos sujeitos por toda comunidade escolar. A escola como lugar (trans)formador deve considerar as oportunidades presentes no seu cotidiano para proporcionar debates que abarcam as questões de gênero e sexualidade levando em consideração seus desdobramentos teóricos, sociais, culturais e relacionais, mas apesar disso, o que vemos ainda é a propagação da genitalização acerca desse tema, isso sobretudo na disciplina de Ciências.

O percurso realizado neste estudo culminou na identificação das fragilidades da práxis pedagógica no tocante a educação para a sexualidade, corroborando com algumas pesquisas. É fato que professores/as de Ciências não se sentem confortáveis em estimular discussões sobre diversidade sexual e de gênero, e quando ocorrem, essas discussões são acompanhadas sempre do viés biológico e essencialista. Contudo, é preciso reiterar que estes resultados devem ser atribuídos mais à abordagem de determinados/as professores/as do que a uma definição generalizada.

Os currículos rigidamente produzidos e analisados, os conteúdos supervisionados e a formação disciplinada, incapacitam os profissionais de proporcionarem uma educação democrática e libertadora como suporte aos diversos aspectos da vida social dos/das estudantes. Para tanto, é urgente que os professores formadores, transformem-se, que escapem dos agenciamentos normativos e superem as verdades engessadas, seus estereótipos e barreiras subjetivas para pensar a vida que pulsa nos corpos e nas vivências dos alunos/as.

Nossos resultados nos levam a defender o conhecimento como instrumento de denúncia das práticas discriminatórias que excluem e marginalizam certos grupos sociais e configuram as relações de poder hegemônico, assim como o enfrentamento

da visão reducionista e essencialista da sexualidade. Deste modo, este estudo contribui para as discussões sobre o ensino de Ciências e seus enlaces e entraves com as abordagens sobre a sexualidade e as relações de gênero, evidenciando os engendramentos produzidos pelos discursos de professores/as ao lidarem com as tensões e resistências inscritas em seus cotidianos profissionais. Elucidamos ainda, a importância de produzir essas discussões nos espaços acadêmicos, contribuindo para uma formação docente consistente, a partir de diálogos saudáveis que compreendam todas as formas de existir, estimulando, desde então, a liberdade e o respeito.

Neste sentido, somos tentados a mostrar que a sexualidade, em toda sua amplitude, não está fora do discurso e das práticas da disciplina Ciências. Entender isso é entender que a educação sobre sexualidade e diversidade é, antes de tudo, um ato político.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade**, v. 22, n. 40. 2013. p. 95-103

BANDEIRA, Lourdes Maria. Feminismo: memória e história. In: SALAES, Celecina de Maria Veras et al. (Orgs.). **Feminismo: memória e história**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000.

BARIFOUSE, Rafael. STF aprova a criminalização da homofobia. **BBC News Brasil**. São Paulo, 12 fev. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BOHNENBERGER, Marina; BUENO, Samira. Os registros de violência sexual durante a pandemia de covid-19. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/7-os-registros-de-violencia-sexual-durante-a-pandemia-de-covid-19.pdf>. Acesso em: 04 mar 2022.

BORTOLINI, Alexandre; MOSTAFA, Maria; COLBERT, Melissa; MICALHO, Pedro Paulo; POLATO, Roney; PINHEIRO, Thiago Félix. **Trabalhando Diversidade Sexual e de Gênero na Escola: Currículo e Prática Pedagógica**. 1. Ed. Instituto de Psicologia da UFRJ. Rio de Janeiro, 2014.

BRAGA, Eliane Rose Maio. Gênero, sexualidade e educação: questões pertinentes à Pedagogia. In: CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. FAUSTINO, Rosângela Célia.(Orgs.). **Educação e Diversidade Cultural**. Maringá: Eduem, 2010, p. 209-221.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. **Conselho Nacional de Educação**. Brasília, 22 dez. 2017. p.12. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf. Acesso em: 18 jun. 2021.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em 16 jun. 2021.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997. p. 13-15. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais, ética**. Brasília: MEC/SEF. 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

_____. Ministério da Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Departamento passa a utilizar**

nomenclatura "IST" no lugar de "DST". Brasília: Ministério da Saúde. 17 nov 2016. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/noticias/departamento-passa-utilizar-nomenclatura-ist-no-lugar-de-dst>. Acesso em: 13 jun 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão de identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p.287.

CARVALHO, Elis. Professores são os que mais denunciam violência sexual contra crianças. **A Gazeta**, Grande Vitória, s/p, 26 nov. 2018. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2018/11/professores-sao-os-que-mais-denunciam-violencia-sexual-contras-criancas-1014157345.html>. Acesso em: 03 mar. 2022.

CARVALHO, Marcello. Família denuncia preconceito contra aluno de 11 anos após sugestão de trabalho com tema LGBT em grupo da escola. **G1**. Campinas, 13 jun. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas.regiao/noticia/2021/06/13/familia-denuncia-preconceito-contras-aluno-de-11-anos-apos-sugestao-de-trabalho-com-tema-lgbt-em-grupo-da-escola.ghtml>. Acesso em: 13 jun. 2021.

FIGUEIREDO, Euridice. **Desfazendo o gênero**: A teoria queer de Judith Butler. Revista Criação e Crítica, n. 20. 2018. p. 40-55. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.1984-1124.v0i20p40-55>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/138143/139436>. Acesso em: 20 abr. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 27 ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987. p.288

_____, Michel. **História da Sexualidade I**: A Vontade de Saber. 13 ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1988.

FURLANI, Jimena. Educação Sexual: possibilidades didáticas. *In.*: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: Um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p.67-82.

GIL, Antonio Carlos. **Método e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GOLDBERG, Maria Amélia Azevedo. **Educação sexual**: uma proposta, um desafio. 2 ed. v. 35, n. 3. São Paulo: Cortez, 1983. p. 82-83.

GULLINO, Daniel; GRANDELLE, Renato; FERREIRA, Paula. Bolsonaro defende mudança em livros didáticos: 'Muita coisa escrita, tem que suavizar'. **O Globo**, Rio de Janeiro. 03 jan. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-defende-mudanca-em-livros-didaticos-muita-coisa-escrita-tem-que-suavizar-24170001>. Acesso em 29 abr 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **Foucault e os estudos queer**. *In*: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). Para uma vida não-fascista. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

_____, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p.184.

_____, Guacira L. Sexualidade: lições da escola. *In*: MEYER, Dagmar Estermann (Orgs.). **Saúde e Sexualidade na escola**. Porto Alegre: Mediação, (Cadernos Educação Básica 4). 1998. p. 85- 96.

MARTIN, Selma Alves de Freitas. **Educação Sexual na Escola**: concepções e práticas de professores. 2010. 180 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/92237>>. Acesso em: 03 mar 2022.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. *In*: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: Um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 11-29.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOIZÉS, Julieta Seixas; BUENO, Sonia Maria Villela. Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 44, n. 1, p. 205-212, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/BJ3BDnLmv6mdcKGvgtyGSWt/abstract/?lang=pt>
Acesso em: 03 mar 2022.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Fazer do caos uma estrela dançarina no currículo: invenção política com gênero e sexualidades em tempo do slogan "ideologia de gênero". *In*: PARAÍSO, Marlucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva (Orgs.). **Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza Edições. 2018. p. 23-52.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate**: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. São Paulo: História, v. 24, n. 1. 2005. p. 77-98. DOI <https://doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/fhHv5BQ6tvXs9X4P3fR4rtr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 abr 2021.

QUAGLIA, Isabela; PALMIERI, Adriane De Oliveira Chaves; VELHO, Ana Paula Machado; & NAGEL, Lizia Helena (2013). **Sexualidade Nos Projetos Políticos-Pedagógicos das Escolas Municipais de Maringá**. In VIII EPCC - Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar, Maringá, PR. Disponível em: http://www.cesumar.br/prppge/pesquisa/epcc2013/oit_mostra/Isabela_Quaglia.pdf. Acesso em: 03 mar 2022.

REIS, Neilton do; PINHO, Raquel. Gêneros não-binários: Identidades, expressões e educação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1. 2016. p. 7-25. DOI <http://dx.doi.org/10.17058/rea.v24i1.7045>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/302066200_GENEROS_NAO-BINARIOS_IDENTIDADES_EXPRESSOES_E_EDUCACAO. Acesso em: 16 jun 2021.

RIOS, Roger Raupp. O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. *In*: POCAHY, Fernando (Org.). **Rompendo o silêncio**: homofobia e heterossexismo na sociedade

contemporânea. Políticas, teoria e atuação. Porto Alegre: Nuances, 2007.

ROHDEN, Fabíola. A construção da diferença sexual na medicina. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, supl. 2. 2003. p. 201-212.

SALDANÃ, Paulo. Saiba como surgiu o termo 'ideologia de gênero'. **Folha de São Paulo**, São Paulo. 23 out. 2018. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/10/saiba-como-surgiu-o-termo-ideologia-de-genero.shtml>>. Acesso em: 17 jun 2021.

SEFFNER, Fernando. Tem nexó não falar sobre sexo na escola? **Revista Textual**, Porto Alegre, 25 ed. v 1. 2017. p. 22-29. Disponível em:

https://issuu.com/sinprors/docs/textual_maio_2017_completa_web. Acesso em: 20 abr 2021.

SILVA, Caio Samuel Franciscati; BRANCALEONI, Ana Paula Leivar; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues de. Base Nacional Comum Curricular e diversidade sexual e de gênero: (des) caracterizações. **Revista Ibero-americana de Estudos em Educação**, Araraquara. v. 14, n. 2. 1 jun. 2019. p. 1538–1555. DOI

<https://doi.org/10.21723/riaee.v14iesp.2.12051>. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12051>. Acesso em: 16 jun. 2021.

TRIVELATO, Silvia. Que corpo/ser humano habita nossas escolas? *In*:

MARANDINO, Martha; *et al.* (Org.). **Ensino de Biologia**: conhecimentos e valores em disputa. Niterói: EdUFF, 2005. p.121-129.

VALADARES, João. Escola em PE promove discurso homofóbico contra propaganda LGBTQIA+ do Burger King com crianças. **Folha de São Paulo**, São Paulo. 28 jun. 2021. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/escola-em-pe-promove-discurso-homofobico-contra-propaganda-lgbtqia-do-burguer-king-com-criancas.shtml>>.

Acesso em: 16 jun. 2021.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico: continuidade ou transgressão para acertar? *In*: CASTANHO, M.E.L.M.; CASTANHO, S. (Org.). **O que há de novo na educação superior**: do projeto pedagógico à prática transformadora. Campinas: Papyrus, 2000.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 45-104.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

Faixa etária: 20-25 25-40 +40

Gênero: Feminino Masculino Outro

Em que setor você atua?

Setor público Setor privado Ambos os setores

1. Você aborda a temática de identidade de gênero e orientação sexual nas suas aulas de ciências? Justifique.

Sim Não

2. Como você define sexualidade?

3. Que temáticas referentes à Educação Sexual você aborda e/ou enfatiza nas suas aulas de Ciências?

Apenas relacionado aos aspectos biológicos (anatomia, fisiologia e médico-higienista).

Focado nos aspectos biológicos (anatomia, fisiologia e médico-higienista) e pouca abordagem histórico-cultural.

Aspectos biológicos e histórico-cultural são abordados igualmente.

Focado em aspectos histórico-culturais e pouca abordagem dos aspectos biológicos (anatomia, fisiologia e médico-higienista).

4. Quais dificuldades e desafios você encontra ao trabalhar corpo, gênero e sexualidade com os alunos?

5. De acordo com suas concepções sobre sexualidade, quem deve se ocupar da educação sexual de crianças e jovens? Justifique.

Escola

Família

Igreja

Outro.

6. Você já participou de alguma discussão sobre gênero e sexualidade no Projeto Político Pedagógico da escola em que atua?

Sim Não

7. Durante a sua graduação de licenciatura em Ciências Biológicas, você já participou de alguma atividade acadêmica (ex: Iniciação Científica, Congressos, Seminários etc) envolvendo questões ligadas à diversidade de gênero e sexual?

Sim Não